

Sete países e uma política: inovação

Glauco Arbix, Mario Sergio Salerno¹

Se é difícil pensar uma política industrial avançada, apropriada aos tempos de hoje, o que dizer da engenharia institucional para fazê-la funcionar? Como coordenar ministérios, agências, institutos? Ou articular os incentivos ao crescimento com tecnologia, inovação e o comércio exterior?

O Brasil tem o que aprender com outros países? Pode? Quer? Pelo mundo afora, muitos têm dúvidas sobre a pertinência das políticas industriais. Alguns porque imaginam que toda política desse tipo transpira intervencionismo estatal. Outros, porque julgam que as decisões sobre alocação de recursos são complexas demais para serem tomadas centralmente.

Essas dúvidas, embora procedentes, não impedem que governos de muitos países avançados desenvolvam ativamente políticas de incentivo para elevar o padrão de competitividade de suas economias. Políticas que emanam do poder público com nomes diferentes e que só são implementadas após intenso diálogo com o setor privado.

Essa foi a primeira lição apreendida pela pesquisa sobre Estratégias de Inovação em Sete Países: Estados Unidos, Canadá, França, Reino Unido, Finlândia, Irlanda e Japão. O estudo, patrocinado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e executado pelo Observatório de Inovação do Instituto de Estudos Avançados da USP, procurou identificar os elementos comuns que marcam a atuação dos órgãos de governo e as visões empresariais. Embora os países sejam muito diferentes entre si, tanto pela sua história, tamanho e cultura, quanto pelo seu grau de desenvolvimento e estrutura econômica e social, todos eles transitam para um novo paradigma de desenvolvimento, em que o conhecimento ocupa lugar central na produção e reprodução das novas relações econômicas e sociais. Por isso mesmo, a Inovação está no coração de suas estratégias competitivas. E como prioridade nacional, os novos programas e órgãos que cuidam das estratégias inovadoras estão ligados aos centros de poder, à Presidência ou aos gabinetes dos Primeiros Ministros.

Com pequenas diferenças, os sete países buscam aperfeiçoar seus sistemas nacionais de inovação tendo como referência as práticas e processos de classe mundial. Isso significa que os indicadores mais avançados do mundo funcionam como metas a serem igualadas e superadas. Não é à toa que Educação, Ciência e Tecnologia formam um tripé fundamental em suas políticas de desenvolvimento.

Nos sete países, as empresas estão no centro das atenções dos órgãos de governo. São alvos preferenciais das políticas. E ocupam o centro das preocupações com a prosperidade. Ou seja, os processos de inovação gerados nas empresas são compreendidos como os principais mecanismos capazes de aumentar, acelerar e sustentar a competitividade das economias.

Nos países pesquisados, Inovação não se reduz à tecnologia. É tratada de modo mais amplo, como geração de novos produtos, serviços, processos,

¹ Professores da USP, Coordenadores do Observatório da Inovação do IEA-USP e da Pesquisa: Estratégias de Inovação em Sete Países (www.observatoriodainovacao.org.br).

negócios, organizações, estratégias. Os estudos que orientam todas as políticas implementadas nos últimos anos, mostram, como no Brasil, que as empresas inovadoras dinamizam as economias, diversificam os negócios, elevam a qualidade dos salários e a qualificação do trabalhador.

Não é a toa que os sete países criaram novas instituições e novas leis, voltadas para implementar, coordenar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar os novos planos, programas e políticas de incentivo à inovação. E sempre marcados pela cooperação e diálogo entre o setor público e privado.

Esses foram os principais destaques da pesquisa. Com suas especificidades, todos os países perseguem, estimulam e se esforçam decididamente para dotar-se de economias mais inovadoras. Na raiz de sua transição, está a compreensão generalizada de que os novos fluxos de conhecimento empurram todos os países a repensar e modificar o perfil e a atuação de suas instituições públicas e privadas.

O Brasil não ficou mal na foto quando comparado com as novas políticas e instituições que estão sendo geradas nesses sete países. Também aqui há um esforço para colocar a inovação no centro das políticas de desenvolvimento, como ficou patente desde a criação dos Fundos Setoriais e explícito em 2004, com a definição pelo governo da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Na sua esteira, tivemos a Lei de Inovação, a Lei do Bem, de incentivo à P&D na empresa, assim como a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e da ABDI. Mas não há como negar que é necessário melhorar muito a coordenação da política industrial. Tampouco se pode negar as resistências às políticas de inovação. Apesar do quase consenso nas declarações públicas, parte do empresariado ainda compreende Política Industrial apenas como redução do “Custo Brasil”. Governo e empresários têm enormes dificuldades de definir prioridades, escolher áreas e domínios que mereçam alocação intensiva de recursos para fazer o país avançar em conexão com o futuro.

Não se trata de simplesmente escolher os vencedores. Foi-se o tempo em que os governos podiam pensar em atuar nessa direção, seja pelas regras da economia global, seja pela nova complexidade das economias nacionais, mais integradas e diversificadas. Trata-se de priorizar setores e tecnologias estratégicas, como as de informação e comunicação e para a saúde, e apoiar inequivocamente o desenvolvimento da qualificação nacional em energias renováveis, bio e nanotecnologias.

O binômio Investimento e inovação, desse ponto de vista, é chave. Aumentar a taxa de investimento é condição para dar sustentabilidade ao nosso crescimento. Mas o investimento sem inovação não permite que o nosso país eleve o patamar de sua produção e de seus serviços, que o Brasil aumente sua participação nas cadeias globais de mais alto valor agregado.

O curioso é que muitos dos países pesquisados firmaram suas convicções a respeito da inovação monitorando a China e a Índia - que copiam, imitam, mas investem pesado em inovação e pesquisa a partir de suas prioridades. Todos os países visitados fazem escolhas e priorizam atividades que recebem aportes mais consistentes de recursos públicos e estimulam a concentração de investimento privado. Nos sete países a leitura do orçamento, o mapa da alocação dos recursos e a permanência de programas nacionais duradouros (que sobrevivem às mudanças de governo) exibem essa orientação.

O levantamento das experiências internacionais foi uma iniciativa do governo extremamente salutar. Permitiu localizar melhor o Brasil, perceber seus descompassos, escorregões e avanços. Essa captação de tendências é uma operação chave para um país que precisa acelerar seu crescimento. Dessa pesquisa retiramos a idéia-força que apresenta a inovação não como um bem de luxo ou um exotismo de país rico. Pelo contrário, inovação irrompeu em nosso trabalho como um processo essencial para gerar e sustentar crescimento econômico e desenvolvimento social, tanto nos países avançados quanto nos emergentes. Esse sinal dos tempos foi o que de mais precioso a equipe de pesquisadores da USP oferece à reflexão.